

Documento, documentação, documentologia¹

Jean Meyriat

Camila Mariana A. da Silva

Tradutora. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada no curso de Biblioteconomia. Licenciada no curso de História da UFMG.

Marcílio de Brito

Revisor da tradução. Doutor (PhD) em Informática Documentária pela Universidade Claude Bernard Lyon I - França. Master em Ciências da Informação e da Comunicação pela Université Lumière Lyon II - França. Master em Informática Documentária pela Universidade Claude Bernard Lyon I / École Nationale Supérieure de Sciences de l'Information et des Bibliothèques. Professor adjunto da Universidade de Brasília (UnB).

Cristina Dotta Ortega

Revisora da tradução. Doutora e mestre em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade de São Paulo. Professora adjunta da Escola de Ciência da Informação da UFMG.

<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2891>

Recebido em 10.08.2016 Aceito em 17.08.2016

Na tentativa de identificar o campo científico cujo objeto de estudo é "o documento", imediatamente nos encontramos diante de termos derivados, particularmente "documentação" e "documentologia", cuja acepção varia segundo os autores e cujos empregos não são bem

¹ Traduzido de: MEYRIAT, J. Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation**, n. 14, p. 51-63, 1981.

definidos. Para chegar a melhor defini-los é lógico começar pela palavra que fornece seu radical às outras. Esta é a abordagem que será seguida, mas ela apresenta uma dificuldade. Na verdade, a própria definição de "documento" não é independente das noções cobertas pelos termos derivados. O conceito de documento não se impõe como uma evidência inicial, ele depende dos pontos de vista e dos métodos da documentação e da documentologia.

Outra dificuldade será criada pela necessidade de introduzir outro termo nesta definição, o de "informação", que é utilizado de maneira muito ambígua e que é, de todo modo, dificilmente definível porque ele recobre uma noção primeira.

Dito isto, deve-se tentar responder à pergunta:

O que é um documento?

O documento pode ser definido como um objeto que suporta a informação, que serve para comunicar e que é durável (a comunicação pode, assim, ser repetida).

Duas noções intervêm conjuntamente aqui, uma de natureza material (o objeto que serve de suporte), a outra conceitual (o conteúdo da comunicação, isto é, a informação). As duas são inseparáveis uma da outra, e a conjunção das duas é essencial nesta definição.

A definição é válida para qualquer objeto e, por isso, ela é muito ampla. Contudo, ela é limitada por uma restrição quanto ao uso da palavra "informação". Esta não é tomada em sentido neutro e formal como atribuem, por exemplo, os profissionais de informática. Trata-se de uma informação que possui um sentido, para aquele que a emite e para aquele que a recebe. Cada mensagem tem um significado e não se pode definir um documento independentemente do significado da mensagem que ele tem a função de transmitir.

Todo objeto pode ser encarregado desta função. Por esta razão a noção de "documento" é muito mais ampla do que aquela de "escrito". Os documentos escritos são um caso privilegiado, porque a escrita é a forma mais comumente utilizada para comunicar uma mensagem. No entanto, é necessário observar que se pode escrever sobre muitos objetos diferentes: pedras, cerâmica, conchas, pergaminho, papel, filme... Também se pode escrever utilizando diferentes sistemas de signos: alfabético, fonético, ideográfico...

Apesar desta diversidade, os escritos estão longe de serem os únicos objetos cuja função é transmitir uma informação. É o caso, por exemplo, daqueles que são reunidos em um museu. Os esqueletos do Museu de História Natural conservam e dão informações sobre a fauna do Quaternário; os trajes camponeses do Museu de Artes e Tradições Populares, sobre os modos de vida e costumes da França rural do século XVII, mas também sobre as técnicas de tecelagem, sobre o clima de várias regiões naquela época... Não é sequer necessário que os objetos tenham sido reunidos com o fim de informar: o arqueólogo utiliza como documento os objetos que ele descobre em seu lugar de pesquisa, porque estes lhe fornecem informações sobre os grupos humanos que os fabricaram ou utilizaram.

Todo objeto pode, então, se tornar documento. Minha bicicleta poderá um dia fornecer, a quem saiba lhe interrogar, informações sobre o lazer da burguesia em meados do século XX, sobre o tamanho médio dos franceses nesta época, sobre as técnicas empregadas pela construção mecânica, sobre o estado da rede rodoviária ou sobre as repercussões da crise petroleira.

Isto não significa que todo objeto tem a função normal de suportar informação, mas que esta pode ser uma de suas funções. Sua função principal pode ser bem diferente. Minha bicicleta é principalmente um meio de transporte; as vestimentas dos camponeses do século XVII, uma roupa para proteção de seus corpos. É necessário, portanto, distinguir os objetos que são projetados desde a origem para fornecer informação, como os cartazes ou fitas magnéticas, e aqueles que são encarregados de desempenhar este papel depois ou subsidiariamente.

Esta primeira distinção mostra que o documento tem uma dupla origem possível. Se ele não foi criado como tal, o objeto pode tornar-se documento pelo fato de que aquele que nele busca informação, ou seja, que lhe reconhece uma significação, o promove, assim, a suporte de mensagem.

A comunicação pressupõe, de fato, dois atores, o emissor e o receptor da mensagem. Ambos estão habilitados a fornecer-lhe uma significação. No melhor dos casos, eles o fazem conjuntamente, como quando um especialista escreve um artigo destinado principalmente a ser lido por outros especialistas do mesmo ramo. Existe então um entendimento prévio entre um e outros sobre a informação atribuída ao documento; o esforço dos atores tende a limitar as deformações e as perdas que são inevitáveis na comunicação a fim de que a informação recebida seja a mais homóloga possível à informação transmitida.

Mas a vontade do emissor não é suficiente. Um jornal diário é feito para suportar e transmitir informações; mas se o comprador o usar para embrulhar os legumes, por exemplo, o jornal se transforma numa embalagem rudimentar e não é mais um suporte de informação. Ele pode transformar-se novamente se o destinatário do pacote colocar os olhos sobre o conteúdo e tomar conhecimento de algumas notícias.

A vontade de obter uma informação é, por isso, um elemento necessário para que um objeto seja considerado documento, apesar da vontade de seu criador ter sido outra. É no momento em que busco uma informação em um objeto cuja função inicial foi prática ou estética (como as vestimentas camponesas mencionadas anteriormente) que eu faço disso um documento. O museólogo proporciona a manifestação desta nova função constituindo coleções destes objetos onde doravante os visitantes serão convidados a buscar informação.

Este papel ativo do receptor pode igualmente modificar no tempo a função informativa de um mesmo objeto. As cartas escritas por Napoleão eram originariamente documentos, porque elas foram feitas para fornecer a seus correspondentes informações sobre seus sentimentos, seus planos, suas decisões; em seguida, elas se tornaram documento de segundo grau para o historiador que nelas buscava informações sobre o personagem,

sobre os mecanismos políticos do Império, sobre o comportamento dos súditos do Imperador... Pode-se dizer que o mesmo objeto torna-se sucessivamente vários documentos diferentes. Quando uma empresa industrial estabelece e difunde um catálogo, ela o faz para comunicar à sua clientela as informações sobre seus produtos, sua qualidade, seu preço; e este documento é imediatamente reconhecido como tal. Mas ele pode posteriormente ser objeto de uma nova leitura por outros usuários, que nele buscarão outras informações: por exemplo, sobre a história dos preços, das técnicas de fabricação, dos hábitos de consumo, etc. Estes usos são tão legítimos quanto o primeiro, ainda que não tenham sido previstos pelo autor do documento.

Generalizando esta observação, pode-se dizer que a capacidade informativa de um documento jamais se esgota pelos usos já realizados das informações que ele contém. Continua sempre possível colocar novas questões a um documento já explorado, com a esperança de se obter informações novas em resposta. A pesquisa científica não deixa de explorar esta via: que se pense, por exemplo, nos benefícios que a demografia histórica recentemente obteve de uma nova interrogação dos registros paroquiais.

Este raciocínio aplica-se igualmente aos documentos criados como tal e para aqueles dotados desta propriedade pelo receptor. Uns e outros podem ter simultaneamente várias funções, sendo uma principal e as outras subordinadas. É o caso, por exemplo, deste objeto atual que é o artigo de periódico científico. Nós temos o hábito de tratá-lo como documento privilegiando sua função informativa: ele é escrito de fato para informar sobre uma experiência ou sobre uma investigação, sobre uma hipótese ou uma teoria de seu autor, sobre o estado do conhecimento relativo a uma questão... Mas ele tem ao mesmo tempo outras funções, e talvez seu autor tenha lhe atribuído uma destas outras funções como principal. Ele poderia escrevê-lo para adicionar um título à lista de suas publicações para aumentar suas chances de conseguir uma nomeação ou promoção acadêmica, para afirmar sua prioridade na exploração de meios inovadores ou no uso de uma metodologia original, para reforçar seu prestígio e fazer reconhecer seus méritos na comunidade a que pertence. O artigo seria então um instrumento para a conquista do poder científico, ou um argumento para o apoio de um dossiê administrativo. Em tais casos, a função informativa seria subordinada; talvez menos realizada. Em todo caso, é evidente que a coexistência de várias funções interferem umas sobre as outras e podem ser, em última análise, contraditórias umas com as outras, tendo alguma influência sobre a forma como cada uma delas é assegurada. A natureza e o valor das informações transmitidas são necessariamente afetados.

Assim o documento não surge como tal, *a priori*, mas como o produto de uma vontade, aquela de informar ou se informar – a segunda ao menos sendo sempre necessária.

Se o desejo de fornecer informações não encontrar uma resposta no receptor, a informação permanece virtual. O objeto que a suporta, em que

ela foi escrita ou inscrita, ainda não é um documento. Ele poderá tornar-se um documento futuramente, no momento em que uma questão lhe será posta e ativará esta informação.

É por isso que os historiadores fazem tal uso dos "documentos", ao ponto que o emprego limitador desse termo chegou a diminuir o seu significado corrente. Eles reúnem e interrogam os escritos provenientes do período que estão estudando; àquele em que encontram a informação de que precisam, conferem a dignidade de documento. Eles têm dificuldade em admitir que o jornal desta manhã pode muito bem ser um documento para a pessoa que o utiliza desta forma.

Esta noção de uso é fundamental para nosso propósito; poderíamos resumir o exposto dizendo que o usuário *faz* o documento. Esta qualidade não aparece no uso comum da palavra; é por isso que raramente nos preocupamos em defini-lo. Assim se explica o estatuto curioso que ele recebe, por exemplo, em um dicionário ainda reconhecido, publicado há dez anos sobre comunicação por Abraham Moles (1). Dentre os 400 verbetes contidos nesta obra muito útil, nenhum é dedicado ao "documento"; o termo é usado apenas sob a forma de remissiva. Ele aparece em uma dezena de verbetes, e cada vez sob o ângulo do uso que foi feito dele. Esclareçamos de passagem que esta dispersão não promove a clarificação do conceito. No artigo "Arquivos" os documentos aos quais ele se refere parecem ser sobretudo peças manuscritas ou únicas; no artigo "Biblioteca", por sua vez, ele é aplicado aos objetos culturais reproduzidos e difundidos.

No mesmo dicionário, apenas dois derivados têm direito a um artigo: sob o título "documentação aleatória", ele é questão apenas da bibliografia. Quanto ao artigo "*documentatrice universal*" ele confere uma dignidade inesperada a um termo que ninguém usa e que designa grosseiramente o que chamaríamos atualmente de uma base de dados bibliográficos.

O que vem a ser então a documentação?

Por que este termo não merece ser definido? Porque ele é de uma claridade banal, ele não estimula explicações engenhosas? Porque ele esconde suas ambiguidades sob uma aparência inocente?

Percebe-se que a palavra recebe *três* acepções bastante distintas. Ela designa primeiro um conjunto de documentos intencionalmente constituído: o autor de uma tese começa por levantar "sua documentação". No entanto, pode se tratar de duas operações distintas dependendo se a própria pessoa recolhe os documentos, objetos concretos, ou suas referências (de primeira ou segunda mão) que são apenas substitutos.

Mas o mesmo termo designa também a atividade que permite construir este objeto; ele se estabelece então entre as palavras em "-ção" que se aplicam ao mesmo tempo a uma atividade e ao produto desta atividade, como "imitação", "produção"... A documentação é, por consequência, a técnica, ou o conjunto de técnicas, utilizadas para coletar,

classificar, explorar... documentos. Esta acepção é a mais frequente; ela será o objeto da análise que segue.

Notemos, porém, que a palavra pode ser tomada em um terceiro sentido, ainda mais abstrato. A técnica em questão, como qualquer técnica, baseia-se em um conjunto de conhecimentos que justificam sua prática, explicam seu estado presente e devem permitir seu desenvolvimento e aperfeiçoamento. Este conhecimento subjacente decorre de uma ciência, ainda fracamente constituída, que não sabemos muito bem como nomear, e que nomeamos às vezes "documentação", talvez sob a influência do termo alemão, mais explícito e de emprego mais frequente "*Dokumentationswissenschaft*". Parece que ele leva a interpretar deste modo a segunda parte do título que o Centro Nacional de Pesquisa Científica fornece na seção 101 de seu *Boletim Sinalético "Ciências da Informação, Documentação"* (2). Seria mais correto dizer, neste caso, "ciência da documentação", mas a expressão é raramente utilizada. É para substituí-la que alguns propõem "documentologia"; voltaremos a ela mais tarde.

Se, portanto, o emprego mais corrente do termo "documentação" é para designar uma atividade, a natureza desta deve ser esclarecida. Sua *primeira característica* é de situar-se no destino do objeto-documento; de presumir a pré-existência deste objeto. Na origem se situa o sistema de produção e distribuição deste objeto, levando-o a estar disponível em determinados lugares, de uma forma ou de outra. Lá se encontra aquele que busca informação, que é a essência da atividade documentária. Seu caminhar ativa o documento, tornando efetiva sua função de transmitir informação. Ao fazer isto, ela anula, ou ao menos desatualiza as outras funções que o mesmo objeto cultural poderia ter originalmente, por exemplo, sua eventual função estética — esta podendo ser atualizada apenas por outro usuário que nela não busca informação, mas prazer.

Em relação à informação, a atividade de edição (produção-distribuição) e a atividade de documentação são, portanto, complementares e partem de uma abordagem oposta, tendo como ponto comum o documento. A abordagem editorial parte da escrita (ou do registro) da informação sobre um suporte que se torna deste modo um documento (artigo de jornal, gravação em fita magnética...) e distribui este documento aos destinatários. A abordagem documentária parte da demanda de informação emanante de um usuário até chegar ao documento que pode oferecer esta informação.

Esta segunda abordagem, que confirma ou afirma a qualidade de "documento" do objeto que ela atinge, é finalizada, destinada a ser útil. Solicitamos informação para utilizá-la. A utilidade, seja ela real ou apenas esperada, da informação obtida é a *segunda característica* da atividade documentária: a documentação é utilitária. De resto, esta "utilidade" da informação nem sempre tem o mesmo sentido. Ela pode ser limitada ao momento presente e perder esta qualidade assim que for utilizada. Deste modo, é útil saber o horário de partida do próximo trem para um destino, a taxa de câmbio atual da moeda do país para o qual viajo, as previsões meteorológicas em função das quais eu escolherei as roupas que levarei

na viagem. Inumeráveis são as informações "perecíveis" das quais todo cidadão tem necessidade constante. Incontáveis também os serviços e instrumentos colocados à sua disposição para atender às suas demandas mais frequentes, a partir das colunas regulares dos jornais diários ou os horários das empresas de transporte até as imagens que a telemática permite à Antiope² usufruir em seu receptor de televisão. Tudo isto remete à atividade documentária que pode-se nomear de "informativa".

A utilidade da informação é por outro lado durável quando ela constitui um elemento de saber que possui e enriquece constantemente todo homem pensante. Por "saber" entende-se um conjunto organizado de conhecimento acumulado e durável, ou seja, que permanece válido e pode ser usado em casos semelhantes em momentos diferentes. A posse de um saber, portanto, capacita a resolver problemas, a responder às situações em que nos encontramos; dá noção da realidade. É a justificação da velha ambição do homem "*rerum cognoscere causas*", e é o fundamento de toda abordagem científica. Deve-se tomar este último termo em seu sentido mais geral: o saber em questão pode ser propriamente científico, mas também técnico, econômico, etc. Toda informação que contribui para este saber, ou que transmite a outros um elemento desse saber pode ser qualificada como "científica", o epíteto abrangendo a técnica, o econômico, etc. Esta "informação científica" é o objeto mais típico da atividade de documentação.

Uma *terceira característica* desta última é que ela constitui um sistema técnico-social. O termo "sistema" deve ser tomado aqui no sentido rigoroso que lhe dá a teoria: um conjunto de elementos ligados entre si de modo a serem interdependentes, e arranjados com vistas a alcançar um objetivo. O objetivo foi identificado naquilo que precede: trata-se de obter informação. Quanto aos elementos, eles são ao mesmo tempo seres humanos, essencialmente as pessoas ou grupo de pessoas que buscam informação e eventualmente seus auxiliares ou intermediários; os objetos materiais, os documentos e as ferramentas ou máquinas empregadas para tratar estes documentos; e os processos ou "*savoir-faire*" técnicos necessários a este tratamento.

Nos casos mais simples o sistema se reduz a uma única pessoa (o próprio demandante da informação) utilizando um documento e aplicando-lhe a técnica apropriada. Na maior parte dos casos, o conjunto é mais complexo, porque a informação é buscada em vários documentos ou coleções de documentos, ou mesmo em todo documento possível. As técnicas empregadas se diversificam ao mesmo tempo em que os documentos. De seu lado, o demandante da informação frequentemente delega sua pesquisa a um intermediário, treinado para este trabalho e pronto a dedicar o tempo necessário. Surge o "documentalista", que exerce a atividade documentária, e que pode ser ele mesmo uma pessoa, um grupo ou uma instituição. Na prática, existem todos os casos possíveis entre, de um lado, o próprio pesquisador buscando a informação que

² N.T.: Antiope é o acrônimo de *Acquisition numérique et télévisualisation d'images organisées en pages d'écriture*, sistema de teletexto e videotexto usado principalmente para produzir legendas na televisão, na França, nos anos 1980.

precisa e, de outro lado, o organismo ou a central documentária explorando uma massa considerável de documentos a fim de extrair as informações prontas para serem dadas em resposta àqueles que se dirigem a ela.

Nos dois casos o esquema operatório é o mesmo; a central documentária efetua as mesmas operações que o pesquisador da informação isolado, ou pelo menos as operações que se pode designar abstratamente pelos mesmos termos. Elas constituem os elos do que chamamos correntemente de cadeia documentária: coleta de documentos, extração de dados e de informações, classificação, armazenamento e recuperação desses dados, difusão e resposta às questões. Os mecanismos concretos implementados são evidentemente mais complexos quando crescem os sistemas e aumenta o número de elementos de todos os tipos que eles aplicam.

Não se trata de descrever de modo detalhado os aspectos técnicos, mas apenas de caracterizar a prática da documentação. Ela permite colocar uma última questão:

<p>Qual pode ser o conhecimento científico desta prática e como podemos nomeá-la?</p>
--

Admitindo-se que se trata de uma disciplina científica, esta que nos interessa se definiria, como qualquer outra, pelo objeto estudado e pelos métodos de estudo. Basta aqui prestar atenção ao primeiro.

O objeto é primeiramente aquele mesmo da atividade documentária, isto é, a informação e os documentos que suportam a informação. Mais precisamente, esta seria a relação que existe entre os documentos e a informação que eles suportam. Os documentos são objetos que podem ser analisados sob diferentes pontos de vista: o único a que se detém nossa disciplina é aquele de sua função informativa. Do mesmo modo, o conceito de informação é aquele de um recurso fundamental para o homem e que pode tomar sentidos diversos segundo o contexto que o circunda. O ambiente que conserva nossa disciplina é aquele dos conjuntos documentários, nos quais a significação da informação não é separável de seu suporte. As condições nas quais este suporte é concebido, produzido e distribuído, as restrições que ele sofre nas diferentes etapas de sua existência, influenciam evidentemente sua capacidade informativa; elas são, portanto, o objeto de estudo de nossa disciplina.

Da mesma forma, esta deve se interessar sobre tudo aquilo que, na forma e na estrutura do documento, orienta a escolha dos meios e das técnicas que podem ser utilizadas para extrair a informação.

Ela deve ainda se interessar pelas motivações e pelos comportamentos daqueles que intervêm no processo documentário, o usuário da informação, os auxiliares e intermediários dos serviços a que ele recorre. Mais geralmente, todos os elementos do sistema técnico-

social da documentação e as inter-relações que os unem são objetos privilegiados para nossa disciplina.

De acordo com o sentido da abordagem documentária, o estudo concentra-se, por isso, principalmente sobre tudo o que está no destino do documento, sobre o trajeto que o usuário segue para acessar a informação de que necessita. O conhecimento das técnicas e táticas empregadas devem permitir não só explicá-las, mas compreender a sua fundamentação teórica, assim, dando-lhe meios de melhorar e aumentar a sua eficiência. Obviamente, não podemos excluir do campo de estudo o próprio documento de onde vem a informação, deve-se dar conta da origem e gênese do documento. Mas este não é mais o núcleo central da disciplina.

Portanto, como ela deve ser chamada?

Por vezes, nos últimos anos, empregamos o termo "documentologia" para designar este domínio do conhecimento ou disciplina de ensino (3). Outros contestam este termo. De qualquer maneira, ele não aparece na *Terminologia da Documentação* publicada em cinco línguas, em 1976, pela Unesco, nem na norma francesa Z40-001: "*Vocabulaire de l'information et de la documentation*", difundida em 1979. Observa-se também que não há equivalente nas línguas estrangeiras mais comuns, exceto às vezes em espanhol.

A formação da palavra não leva, com efeito, a empregá-la nesse sentido. Uma "-logia" é um "discurso (científico) sobre". A geologia é um discurso científico sobre a terra, a psicologia, sobre a alma humana e sobre o intelecto. A documentologia seria então um discurso científico sobre documentos, mas não sobre a documentação. Se quisermos dispor da palavra por seu primeiro uso, devemos rejeitar submetê-la ao segundo.

Deste modo, demarcaríamos seu lugar muito claramente ao lado da palavra "bibliologia" que não causa equívocos. De comum acordo, a *bibliologia é a ciência do escrito* (4). Com isto, queremos dizer que ela tem um objeto de conhecimento determinado, o escrito, designado pelo nome do livro, "biblion", o mais comum e familiar dos objetos que encarregamos das mensagens escritas. Ela se propõe a estabelecer as leis às quais obedece a produção e a distribuição do livro, as condições sociais, econômicas, jurídicas, técnicas, etc., que intervêm nesta produção e distribuição, suas interações com as formas que tomam o objeto-livro e com os usos aos quais ele se presta.

As disciplinas irmãs estudam do mesmo modo outros objetos culturais, desde o momento em que eles são concebidos pelo seu criador até o momento em que são colocados à disposição do público para o qual foram destinados. Elas são designadas por palavras formadas do mesmo modo: filmologia, iconologia, discologia... Note-se que paralelamente a cada uma destas palavras existe outra, formada com o sufixo "grafia", que designa o conhecimento descritivo dos objetos produzidos pelo sistema

correspondente: filmografia, discografia, iconografia, como bibliografia (5).

Ora, todos estes objetos têm em comum o fato de serem documentos, ao menos virtuais. Eles são produzidos para comunicar aos destinatários uma mensagem informativa - o que não exclui em absoluto a presença de uma intenção estética em seu autor. Eles são, por conseguinte, destinados a serem documentos. Eles podem permanecer documentos virtuais, se eles não forem recebidos como tal, isto é, se seus destinatários não os utilizarem para buscar informação, mas somente, por exemplo, para encher as prateleiras de uma biblioteca. Mas só poderemos saber isto quando o objeto tiver saído do subsistema de distribuição para alcançar as mãos dos usuários potenciais. Colocamo-nos, neste momento, na origem e consideramos somente o sistema de produção e distribuição. Nesta fase todos os objetos capazes de receber em sua criação um conteúdo informativo podem ser chamados de documento.

Neste caso, a documentologia seria, portanto, uma generalização de disciplinas anteriormente nomeadas: bibliologia, iconologia, etc. Ela estudaria o sistema de produção e distribuição de todos os "documentos por intenção" independentemente de seu uso, documentário ou outro. E a documentografia designaria, do mesmo modo, o estudo enumerativo, descritivo, classificador de todo tipo de documento.

Trata-se de um imperialismo terminológico? Certamente não. Mas se o temêssemos, poderíamos restringir o uso desta palavra dando-lhe um sentido não englobante, mas residual. Diríamos, então, que a documentologia é um discurso científico sobre as categorias de documentos aos quais não é consagrado um discurso particular; seu objeto seria constituído pelos documentos que não se enquadram nem na bibliologia, nem na filmologia, nem...

Da mesma forma, os bibliotecários anglo-saxões inventaram, não muito tempo atrás, o termo "não-livro" ("*non-books*") para designar todos os bens que eram confiados a seus cuidados, mas que eles não sabiam como catalogar ou armazenar: discos, diapositivos, fitas magnéticas... Desenvolveu-se até mesmo uma norma de "descrição bibliográfica" para os não-livros. Os inconvenientes desta prática aparecem rapidamente, como todos aqueles que se baseiam somente sobre uma definição negativa, por exclusão. Os produtos agrupados deste modo não têm nada mais em comum além de serem cobertos pelo mesmo rótulo; e o falso conjunto que eles constituem é progressivamente reduzido à medida que um ou outro de seus elementos ganha importância suficiente para criar um discurso e um tratamento que lhe são próprios.

Para concluir este ponto, utilizamos as palavras em "-logia" para nomear as ciências que estudam os sistemas de produção e de distribuição de todos os objetos culturais. Todos estes objetos são (ao menos virtualmente) "documentos", o termo *documentologia engloba todos os outros*, cada um dos quais se aplica a uma categoria específica de objetos-documento: bibliologia, filmologia, discologia... e novos termos podem ser adicionados à lista à medida que novos objetos ganhem espaço suficiente na sociedade para justificar um discurso particular: por que não

amanhã videologia, etc. Da mesma forma, pode-se designar por um novo termo o discurso dedicado a uma sub-categoria que levanta problemas específicos; a hemerologia poderia ser o estudo da imprensa, se quisermos distingui-la das revistas científicas. Independentemente da lista atual ou futura destes termos, seu paralelismo se engaja em uma reflexão geral e comparativa sobre as condições de produção e distribuição de todos os objetos culturais que possam ser responsáveis pela transmissão de informação.

Resta, é claro, nomear o estudo do que se passa no destino, aquele do segundo sistema técnico-social no âmbito do qual esses objetos são usados como documentos para fornecer informação. Ora, aqui não é mais o documento que é o objeto próprio do estudo. Pode-se até dizer que este estudo tende a esvaziá-lo de seu campo, vendo-o apenas como portador da informação pela qual se interessa. Que nos perdoem aqueles que amam estes objetos porque eles são bonitos e sabem ser preciosos companheiros, aqueles que escrevem e produzem livros como obras de arte, os editores e os impressores, os bibliólogos e os bibliófilos, aqueles que confiam e que pedem a estes objetos, antes de tudo, os valores culturais e estéticos; que eles nos perdoem por sermos iconoclastas! Porque nestes documentos não vemos e não buscamos outra coisa que não a informação, e depois de extrair este suco, nós deixamos para outros usuários a polpa e a casca.

O objeto próprio da abordagem documentária, tal como foi brevemente descrita acima, é, portanto, a informação.

O estudo desta abordagem é incontestavelmente uma ciência da informação, ou ao menos um de seus ramos ou disciplinas. Poderíamos chamá-la *informatologia*.

O termo documentologia, se seguirmos a análise precedente, aplica-se ao estudo do sistema técnico-social primário da produção e difusão da informação, colocando ênfase sobre o documento, suporte material que permite esta difusão. Simetricamente, a informatologia seria o discurso científico sobre o sistema secundário, aquele para o qual o objeto central é a informação. A abstração do documento é feita aqui tanto quanto possível; este é considerado somente como uma fonte em direção à qual nos dirigimos para obter a informação que ele pode conter.

Se a documentologia e a informatologia são, então, as duas grandes disciplinas da ciência da informação, elas se distinguem pelo objeto central de estudo, e, portanto, pelo ponto de vista sobre os fenômenos estudados. É necessário acrescentar que a extensão do campo que elas cobrem não é a mesma, a da documentologia é mais ampla. Consideremos o esquema abaixo, que classifica os diferentes gêneros de informação retomando algumas das caracterizações propostas acima. A documentologia cobre os quatro grandes gêneros da informação e todos os documentos que podem suportá-la: livros e periódicos científicos, mas também manuais e apostilas de curso, imprensa escrita ou falada, jornais

de entretenimento e cartazes políticos, filmes de todo tipo e fitas de vídeo... Para a informatologia, por outro lado, só é pertinente a informação pertencente aos dois gêneros do primeiro nível da informação diretamente, explicitamente útil, já que é por ela que é construído o sistema técnico-social secundário.

Gêneros de informações		Duração da vida da informação	
		Instantânea	Durável ou definitiva
Função da Informação	ser útil explicitamente	«informação utilitária ou de orientação» (<i>information de renseignement</i>)	informação especializada (científica, técnica...)
	prazer, diversão, enriquecimento (utilidade difusa)	informação nova [nt. <i>nouvelles</i> está no plural e nesse caso pode designar <i>notícias</i>]	informação cultural (aculturante)

É necessário ressaltar que esta distinção, clara no nível da informação, não se aplica da mesma forma aos documentos que a suportam. Na verdade, a informação é qualificada pelo uso que dela é feito, portanto, posteriormente à produção do documento que a suporta. Meu jornal da manhã é feito para me trazer notícias atuais, que pertencem ao segundo nível do esquema. Mas se eu recorto um artigo deste jornal para armazená-lo num dossiê, ou se eu simplesmente conservo este número para encontrar uma informação que mais tarde eu sei que vou precisar, eu confiro a um objeto, que permanece fisicamente o mesmo, um valor informativo: eu o faço um documento. Ao submeter ao processo documentário uma informação veiculada pelas mídias e que era, até então, informação de atualidade ou informação de entretenimento, eu a transformo em informação especializada. Digamos que qualquer documento é susceptível de entrar a qualquer momento no sistema secundário de transferência de informação; é neste momento que a informação que ele suporta adentra o campo da informatologia.

Cobrando uma ou outra disciplina, e necessariamente também, como uma espécie de tronco comum, a reflexão sobre aquilo que as une e as distingue, isto é, a própria informação e suas propriedades, a *ciência da informação* pode ser descrita como o fez desde 1969, em termos que ainda são válidos, o presidente da "*American Society for Information Science*" (7).

"A Ciência da Informação estuda as propriedades e o comportamento da informação, as forças que comandam os processos de sua transferência e a tecnologia necessária para tratá-la de modo a otimizar seu acesso e sua utilização. Ela se interessa especialmente pelas representações da informação dentro de sistemas naturais bem como artificiais, pela utilização de códigos permitindo a transmissão, conservação e recuperação de mensagens, e pelos estudos dos meios e técnicas destinados ao tratamento da informação, tais como computadores e suas cadeias de programas."

Na prática norte-americana o termo "*information science*" é muito frequentemente empregado, e é usado para designar departamentos universitários, bem como as associações e as publicações. Seu significado é um pouco restrito em comparação com a amplitude da definição que precede: ele tende a designar somente o discurso sobre a informação especializada, que é um dos quatro gêneros que aparecem no nosso esquema (8). No entanto, parece legítimo mantê-lo, em francês, no sentido mais amplo, para cobrir todas as formas da informação.

Estando, no que precede, comprometidos com o caminho da inovação terminológica, damos um passo à frente. Aquele que detém o discurso científico sobre a informação e que cultiva a informatologia seria um *informatólogo*. No entanto, aquele que implementa as realizações desta disciplina, e que pratica a transferência da informação, seria um *informatista*. Haveria entre as duas palavras a mesma relação que existe entre farmacologista e farmacêutico. É talvez uma pena que este praticante da informação não possa ser chamado de "informático" (*informaticien*), mas este termo foi especializado há mais de uma década em um uso completamente diferente.

Mas mantenhamos nosso propósito, que era dar um nome para o conhecimento científico da prática documentária. E deixemos aos leitores deste artigo o cuidado de decidir se o autor, ao tentá-lo, fez um trabalho de informatólogo.

(1) La Communication – Obra realizada sobre a direção de Abraham Moles, auxiliado por Claude Zeltmann, Paris, Centro de estudo e promoção da leitura, difusão Denöel, 1971, 575 p. (Les dictionnaires du savoir moderne). Os dois artigos criticados se encontram na p. 193.

(2) Publicado mensalmente pela CNRS desde 1970; é uma das seções do Boletim Sinalético cuja criação é mais recente. Em 1970 e 1971, o título era "Information scientifique et technique"; o título atual que coloca em destaque a palavra "Documentation" data de 1972.

(3) Robert Escarpit. – Théorie générale de l'information et de la communication. Paris, Hachette, 1976, 218 p. O léxico, p. 206, define "information science" como o equivalente inglês de "documentologie". Sobre "documentologie" o índice somente remete à "documentation". Numa obra precedente do mesmo autor L'Écrit et la communication, Paris, Presses universitaires de France, 1973, p. 56, a palavra foi definida como "science des techniques documentaires".

(4) Robert Estivals. – Schémas pour la bibliologie, Viry-Châtillon, SEDIEP, 1976, 91 p. Do mesmo autor: La bibliologie : introduction historique à une science de l'écrit. Tomo 1: La Bibliométrie. Paris, Société de bibliologie et de schématisation, 1978, 171 p.

(5) Louise-Noëlle Malclès. – La Bibliographie. Paris, Presses Universitaires de France, 1956, 136 p. No primeiro capítulo do "Que sais-je?", p. 12, a eminente bibliógrafa endossou a posição tomada em 1934 pelo Centre de synthèse historique que via a bibliografia como "um setor da bibliologia". Ela via uma "ciência concreta", uma "disciplina autônoma

cujo objeto próprio é o recenseamento de textos impressos em sua totalidade".

(6) ISBD (NBM) = International Standard Bibliographic Description for Non book Materials. – London, IFLA International Office for UBC, c/o British Library, Reference Division, 1971, VIII + 60 p. A contribuição de Jean Meyriat para os "não-livros" no *Le livre français hier, aujourd'hui, demain: um balanço estabelecido sob a direção de Julien Cain, Robert Escarpit, Henri-Jean Martin* (Paris, Imprimerie nationale, 1972, p. 319-331), deu a esta expressão um sentido bastante diferente e que se pode considerar impróprio: o de que se trataria, em uma obra coletiva sobre os livros, de falar sobre tudo aquilo em que outros capítulos não se fala. Os periódicos, os relatórios, etc., foram, por consequência, definidos pelo que os distinguia dos livros propriamente ditos. Mas esta terminologia pode levar à confusão. É melhor aceitar uma certa ambivalência da palavra "livro", tornando-a um termo genérico que cobre várias espécies: a do livro propriamente dito, a da brochura, a dos periódicos (subespécies: o jornal, a revista, o anuário...). Neste sentido, o "livro" não é senão o escrito (publicado) e é objeto da bibliologia e da bibliografia.

(7) Bob Taylor, em *American Documentation*, oct. 1969, p. 331. Nos Estados Unidos, a associação profissional dos documentalistas foi criada em 1937 sob o nome de "American Documentation Institute". Ela assumiu, a partir de 1968, o nome de "American Society for Information Science", para marcar a ampliação da esfera de interesse de seus membros. Ela publica uma revista que de 1950 a 1969 foi intitulada: "American Documentation", mas que desde 1970 se chama: *Journal of the American Society for Information Science*.³

(8) Os periódicos especializados de língua inglesa, especialmente a revista mencionada na nota precedente, publicam frequentemente artigos sobre o domínio e a epistemologia desta "information science". Entre as publicações mais recentes sobre estas questões, ver: *Theory and application of information research*, editado por Ole Harbo e Leif Kajberg. London, Mansell, 1980, 235 p.

³ N.T.: O nome atual desta revista é *Journal of the Association for Information Science and Technology* (JASIST).